

A AMPLIAÇÃO DO DEBATE SOBRE A REGULAÇÃO DE ARMAS AUTÔNOMAS NA IBEROFONIA

Ana Paula Rodriguezⁱ
Juliana Martinsⁱⁱ

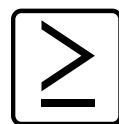
RESUMO

Este *policy brief* tem como objetivo analisar as estratégias adotadas pelos grupos organizados da sociedade civil envolvidos na campanha internacional “Stop Killer Robots”. Tais estratégias se pautam na promoção de atividades de conscientização a partir das associações e entidades que são colaboradores da campanha a partir de uma abordagem *bottom-up*. A nova fase da campanha SKR se concentra em promover debates interparlamentares como forma de “política direta”, pressionando os governantes a adotarem posturas éticas em relação ao uso da inteligência artificial em armas autônomas e evidenciando a alteração da percepção de risco social provocada pelas mesmas. Em termos políticos, essas estratégias representam um quadro de inovação no papel dos atores sociais que interagem entre si - comunidade científica e sociedade civil - na tentativa de serem ouvidos na tomada de decisão dos Estados.

Aderindo à proposta desafiadora da Campanha Stop Killer Robots, o InterAgency Institute promove um projeto piloto de *Advocacy* transnacional através do **I Debate Interparlamentar sobre Inteligência Artificial Aplicada à Defesa na Iberoфония** que visa promover um grupo focal interparlamentar entre deputados dos países ibéricos. A eleição de Portugal e Espanha consiste em repercutir a temática relacionada às LAWS através da língua portuguesa (260 milhões de falantes) e da língua espanhol (540 milhões de falantes), com o objetivo de ampliar o acesso ao debate para além do mundo anglo-saxão. O objetivo de uma proposta iberoфония reside na importância de reforçar o alinhamento dos países ibéricos com a posição política do SKR sobre a proibição/regulação das LAWS, a consequente influência política, geográfica e linguística destes países no Sul global, e finalmente, e estimular o intercâmbio de boas práticas e soluções considerando a Península Ibérica como uma zona estratégica geopolítica das rotas migratórias.

ANTECEDENTES

A sociedade civil internacional se mobiliza em torno de campanhas contra armamentistas quando os artefatos bélicos em questão ultrapassam a sutil linha existente entre uma percepção da segurança para uma percepção da ameaça. A campanha internacional pela erradicação das minas terrestres durante a década de 1980, nos diversos movimentos pelo desarmamento e contra a utilização de armas químicas durante a Guerra do Vietnã na década de 1960/1970, bem como os movimentos contra as armas



nucleares e biológicas representam situações de alteração da percepção de segurança social. O progresso bélico e tecnológico das últimas décadas, foram capazes de atribuir uma percepção social de segurança e previsibilidade mesmo com o advento das guerras transmitidas em tempo real (como por exemplo na Guerra contra o Iraque).

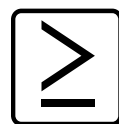
Este quadro começou a se transformar com os novos Sistemas de Armas Letais Autônomos (LAWS) utilizados a partir da guerra da Síria (2011- atualmente) considerados pelos especialistas uma categoria revolucionária de armamentos: dotados de Inteligência Artificial, recursos ultra sensoriais ilimitados, mobilidade, portabilidade, além do baixo custo de produção, manutenção e logística. Os LAWS possuem diversos níveis de autonomia no tange a tomada de decisão sem intervenção humana, possibilitam a desterritorialização do campo de guerra e inauguraram os “ataques cirúrgicos” (perseguição de um alvo inimigo fora do contexto de guerra). Se por um lado, as características tecnológicas dos LAWS são vistas como superioridade bélica devido ao maior controle e especialização do alvo, por outro lado, para uma parte da comunidade científica e a sociedade civil organizada, tais qualidades elevam a percepção de risco social e seu uso são consideradas latentes agressões aos Direitos Humanos e garantias individuais.

Neste sentido, a Campanha Stop Killer Robots (SKR) tem mobilizado 190 instituições de diversos setores da sociedade civil em 67 países para colocar em práticas estratégias de “política direta”: consiste em incentivar a geração de grupos focais entre instituições científicas e sociedade civil organizada e os respectivos parlamentos. A campanha SKR entendeu que o debate político em torno dos LAWS deve ser tão inovador quanto às mesmas, considerando um enfoque *bottom up*, bem como a inclusão de diversos atores sociais que vão desde as instituições de ajuda humanitária, especialistas em defesa, acadêmicos e sociedade civil organizada.

Nesse sentido, a proposta de *advocacy* transnacional do InterAgency Institute por meio um grupo focal interparlamentar iberófonoⁱⁱⁱ visa potencializar a proximidade geográfica e linguística. A eleição de Portugal e Espanha, no projeto piloto de *advocacy*, reside na importância de reforçar a adesão e o alinhamento dos países ibéricos com a posição política do SKR sobre a proibição/regulação das LAWS, a consequente influência política e linguística destes no Sul global, e finalmente, considerando a Península Ibérica como uma zona estratégica geopolítica das rotas migratória

A importância da repercussão do tema das LAWS por meio dos idiomas português e espanhol, tem o objetivo de ampliar o debate de temas que ordinariamente circulam em primeiro lugar nos centros de poderes mundiais para além do mundo anglo-saxão. O objetivo central é a sensibilização dos legislativos a partir da discussão sobre os sistemas autônomos de armas e como estes podem ferir os Direitos Humanos e assim ser um risco para a segurança humana com o uso de armas LAWS.

Uma outra iniciativa interessante foi a ação independente de um grupo de parlamentares do Reino Unido que, preocupados com a crescente adesão dos parlamentares do país no que concerne à autonomia dos LAWS, encaminharam aos colegas parlamentares nove perguntas direcionadas à obter respostas oficiais que revelassem a contradição da postura do Reino Unido. As perguntas relativas ao nível de controle humano nos LAWS, questões relacionadas à ética e ao respeito aos Direitos Humanos, bem como, na identificação de alvos com base na biometria ou com base nas características percebidas de gênero/racial/idade, e finalmente, no que se refere a “*incentivar maior transparência no desenvolvimento de políticas e no desenvolvimento de mecanismos significativos para regulamentação, supervisão e*



prestação de contas em sua implementação, inclusive por meio do envolvimento contínuo com parlamentares, sociedade civil e outros especialistas e partes interessadas”^{iv}. A Campanha SKR tem exercido pressão política para que o governo do Reino Unido - país é um produtor-exportador de LAWS - afim de que coloque em prática a Declaração Conjunta sobre Sistemas de Armas Autônomas Letais entregue no Primeiro Comitê de Desarmamento e Segurança Internacional da Assembleia Geral da ONU, assinada por 70 estados, incluindo o próprio Reino Unido.

RESULTADOS

O tema da inteligência artificial vem tendo destaque dentro das instituições da União Europeia. Ciente da realidade em que a virtualização e as tecnologias avançam com expressiva velocidade, a Comunidade se preocupa em criar um regulamento próprio sobre Inteligência artificial a se situar estrategicamente no tema e ações. Mas também demonstra a preocupação na área do Direito e que este deve buscar atender as necessidades jurídicas que o uso da inteligência artificial possa ferir.

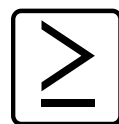
Nesse sentido, segue em curso uma Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho no qual se estabelecem normas harmonizadas em matéria de inteligência artificial. Este regulamento complementa legislações existentes na União que versam sobre a proteção de dados e terá como objetivo, entre outros, uma proteção ao cidadão diante da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, sendo uma preocupação como o uso da inteligência artificial poderá afetar a dignidade humana.

Este regulamento pretende unificar os ordenamentos internos de todos os Estados membros, impondo regras mínimas para que cada um deles possa desenvolver suas normativas (1). O marco regulatório horizontal atribui uma definição ampla e dinâmica sobre inteligência artificial para que este possa acompanhar a evolução no tema (2). Ainda, considerando a questão supranacional e a divisão de competências entre a Comunidade e Estados Membros em várias questões, toca também às pautas referentes à inteligência artificial.

Em fevereiro de 2017, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução^v com recomendações para a Comissão Europeia sobre normas do Direito Civil e Robótica reconhecendo a necessidade de regulação e da criação de normativas em relação aos robôs autônomos (3).

A partir da Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho no qual se estabelecem normas harmonizadas em matéria de inteligência artificial em curso, destacamos aqui as iniciativas em termos legais e esforços que Portugal e Espanha pretendem promover para atuarem em conformidade à futura normativa supranacional, bem como da adequação interna ao avanço tecnológico na era da inteligência artificial.

Em 2020, Portugal entrou no D9+ o grupo informal de Estados-Membros que reúne os países europeus com melhor classificação no Índice Anual de Economia e Sociedade Digital (DESI) da Comissão Europeia. Desde então o governo tem assumido um importante compromisso com a transição digital em diversas áreas relacionadas a governança, comércio, serviços e na segurança nacional.



A principal lei do país sobre o uso de Inteligência Artificial direcionada à robótica se encontra na Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital (com força de Lei n. 27/2021, de 17 de maio), na qual, no artigo 9 denominado “a utilização da inteligência artificial e de robôs”, item 1, legisla sobre a utilização da inteligência artificial desde que orientada pelo “*respeito dos direitos fundamentais, garantindo um justo equilíbrio entre os princípios da explicabilidade, da segurança, da transparência e da responsabilidade*” afim de “*evitar quaisquer preconceitos e formas de discriminação*”. O item 2, legisla sobre “*decisões com impacto significativo na esfera dos destinatários que sejam tomadas mediante o uso de algoritmos devem ser comunicadas aos interessados*” e, finalmente, no item 3 se lê: “*São aplicáveis à criação e ao uso de robôs os princípios da beneficência, da não-maleficência, do respeito pela autonomia humana*”^{vi} remetendo aos valores consagrados no artigo 2.º do Tratado da União Europeia^{vii}.

Nestes parágrafos constam uma série de conceitos que *per se* seriam suficientes para uma desambiguação da postura de Portugal na Assembleia Geral da ONU (4), uma vez que o país apoiou negociações multilaterais afirmando que “*compartilha preocupações humanitárias, morais e legais específicas*” e a necessidade de manter o controle humano sobre as funções críticas dos sistemas de armas. Entretanto, não apoiou propostas de proibir totalmente armas autônomas e sugeriu que os Estados-membros examinassem como o direito internacional se aplica no que tange o uso dessas armas^{viii}.

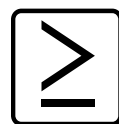
A Espanha apresentou em colaboração com a Comissão Europeia, o primeiro piloto que reúne em um *sandbox*^{ix} ativos para a regulação da inteligência artificial na União Europeia. Este documento apresenta propostas de definições conjuntas de boas práticas para a implementação da futura regulação europeia de inteligência artificial e busca tratar da segurança jurídica às entidades quando comecem a aplicar os requisitos. Esse documento será apresentado no segundo semestre de 2023, durante a presidência espanhola do Conselho da União Europeia.

A Espanha, portanto, foi o primeiro país da Comunidade, que investiu seu Fundo de Recuperação e Resiliência^x para adequar-se à criação de um ambiente de segurança cibernética supranacional. Pretende-se com essas ações iniciar consultas para a criação de uma Agência Espanhola de Supervisão da Inteligência Artificial. Ademais, identificamos por meio de consulta por palavras-chave, no site oficial do *Congreso de los Diputados*^{xi} da Espanha, uma expressiva atuação parlamentar em torno da discussão sobre inteligência artificial. O que indica que há uma relevância do tema no debate legislativo atual.

A Espanha participou de todas as reuniões do *UN Convention on Certain Conventional Weapons* sobre LAWS entre 2014-2019 e, em 2018, afirmou que não possui sistemas de armas letais autônomas e “*não pretende desenvolvê-los ou adquiri-los no futuro*”. Apoiou uma proposta para iniciar negociações multilaterais sobre LAWS e expressou interesse em analisar questões éticas e legais. Entretanto, o país não apoiou propostas para proibir armas totalmente autônomas. Em vez disso, “*reitera que o respeito ao DIH requer controle humano suficiente em todos os sistemas de armas*”^{xii}.

CONCLUSÕES

Depois de 9 anos de debates sobre o uso das LAWS, a União Europeia ainda está distante de encontrar um consenso sobre as diversas questões que envolvem este sistema bélico, seus níveis de autonomia, as restrições e regulação para sua utilização. Preocupa uma espécie de “silêncio” e a ausência de um debate



social democrático e participativo por parte de vários Estados-membros da ONU e da União Europeia, tanto sobre a posição oficial do Estado, categoricamente contra a proliferação das LAWS, quanto ao uso desregulamentado das mesmas em guerras, em "ações cirúrgicas" e na vigilância de fronteiras, ou seja, uso em contexto de paz. Um dos últimos documentos produzidos pela Campanha SKR, o *Joint Statement on Lethal Autonomous Weapons Systems* (5), entregue na Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York, contou com a assinatura de ambos os países que possuem entendimentos semelhantes sobre as LAWS.

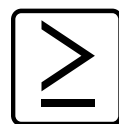
Na atual fase de *advocacy* do IA, o conceito de transparência adquire uma importância central que tem por objetivo promover um debate interparlamentar que contribua para uma desambiguação nas posições de Portugal e Espanha no que concerne à proibição/regulações dos LAWS. A eleição dos países é estratégica por serem atores importantes na geopolítica de fronteiras na eurozona, foco de tensões em relação às políticas migratórias e por tanto, representativos em termos de política internacional. A iberofonia é compreendida como uma fronteira fluida, flexível, um prolongamento político e linguístico das próximas fases do projeto, como inclusão de países não centrais na problemática das LAWS, ou seja, América Latina e África.

RECOMENDAÇÕES

Defendemos a elaboração de uma Convenção da ONU que proíba os LAWS "em tempos de paz" e reguladas "em tempos de guerra" e privadas de autonomia em qualquer situação. Tal Convenção deveria proibir de maneira inequívoca a produção, armazenamento, transferência de Sistemas de Armas Letais Autônomas, bem como, fomentar a criação de mecanismos de fiscalização independentes, abarcando todos os elos da cadeia produtiva deste tipo de armas. O debate interparlamentar permite a seus representantes levar as discussões para o Parlamento de seus países, gerar a sensibilização da opinião política e fomentar a negociação em torno de medidas humanitárias e o não uso de LAWS contra migrantes.

A metodologia Focus Group permitirá identificar as propostas partidárias e os parlamentares dos dois países que serão convidados para o debate. A divulgação do *Immoral Code* (vídeo de campanha), será usada como forma de sensibilização e abrirá as discussões.

O resultado do debate, com as propostas dos parlamentares, será levado a discussão por observadores, que contará com a participação da academia, organizações internacionais e sociedade civil. O intercâmbio de propostas e expectativas de ações de vários atores que podem influenciar decisões políticas finais. A partir do relatório final, o IA pretende expor os resultados para os parceiros de campanha em Genebra. Por se tratar de um projeto que envolve o uso de LAWS e migrações, o tema nos levará a discussão sobre a vulnerabilidade da segurança humana em populações minoritárias que estão expostas às fronteiras rígidas e vigiadas com equipamentos cada vez mais avançados. Portanto, falamos do eixo de migração Sul-Norte e da fronteira sul da Península Ibérica onde as populações em deslocamento sofrem sobreposições de vulnerabilidades, ou seja, negras, mulheres e crianças que são submetidas a medidas por vezes desproporcionais de contenção. Nossa preocupação está na assimetria de forças entre Estados



e migrantes, de forma que estes estão submetidos ao uso da prerrogativa soberana do controle de fronteiras por parte daqueles.

REFERÊNCIAS

- (1) García, S. G. (2022). Una aproximación a la futura regulación de la inteligencia artificial en la Unión Europea. *Revista de estudios europeos*, (79), 304-323.
- (2) De Miguel Asensio, P. A. (2021). Propuesta de Reglamento sobre inteligencia artificial.
- (3) Casadesus Ripoll, P. (2020). Inteligencia artificial y responsabilidad civil: perspectivas jurídicas y retos legislativos. *Revista de la Facultad de Derecho de México*, 70(278-1), 353-374.
- (4) Mapping the debate on LAWS at the CCW: Taking stock and moving forward (2014-2019). Disponível em: https://www.sipri.org/sites/default/files/2020-01/eunpc_no_49.pdf
- (5) UNGA (2022). Joint Statement on Lethal Autonomous Weapons Systems https://estatements.unmeetings.org/estatements/11.0010/20221021/A1jJ8bNfWGIL/KLw9WYcSnAm_en.pdf

ⁱ Dra em História Comparada pela UFRJ. Coordenadora de Pesquisa do InterAgency Institute. E-mail: ana.rodriguez@interagency.institute

ⁱⁱ Dra em Antropologia pela Universidade de Pádua (Itália) e Dra em Economia pela Universidade de Alicante (Espanha). Pesquisadora Associada ao InterAgency Institute. E-mail: juliana.martins@interagency.institute

ⁱⁱⁱ Iberófono - Para a execução do projeto, e, pensando na divisão de uma fronteira linguística, lançamos o neologismo Iberofonia para justificar os espaços dos países luso-hispano falantes.

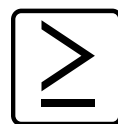
^{iv} Statement by Stop Killer Robots to the 77th UNGA First Committee on Disarmament and International Security

^v European Parliament, Committee on Legal Affairs, Report with recommendations to the Commission on Civil Law Rules and Robotics, 2017, Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-8-2017-0005_EN.pdf>

^{vi} Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital, Disponível em: https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/Educacao_Carta-Portuguesa-de-Direitos-Humanos-na-Era-Digital.aspx

^{vii} “A União funda-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e do respeito pelos direitos do Homem, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias. Estes valores são comuns aos Estados-Membros, numa sociedade caracterizada pelo pluralismo, a não discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a igualdade entre homens e mulheres”. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_2&format=PDF

^{viii} Stopping killer Robots Country Positions on Banning Fully Autonomous Weapons and Retaining Human Control Disponível em: https://www.hrw.org/report/2020/08/10/stopping-killer-robots/country-positions-banning-fully-autonomous-weapons-and#_ftn214



InterAgency Institute
BEYOND INSTITUTIONAL BOUNDARIES

^{ix} Disponível em: https://portal.mineco.gob.es/es-es/comunicacion/Paginas/20220627-PR_AI_Sandbox.asp

^x No âmbito de uma resposta de âmbito alargado, o objetivo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência é atenuar o impacto económico e social da pandemia causada pelo coronavírus e tornar as economias e sociedades europeias mais sustentáveis, resilientes e mais bem preparadas para enfrentarem os desafios e aproveitarem as oportunidades resultantes das transições ecológica e digital. Disponível em: https://commission.europa.eu/business-economy-euro/economic-recovery/recovery-and-resilience-facility_pt

^{xi} Disponível em: <https://www.congreso.es/>

^{xii} Stopping killer Robots Country Positions on Banning Fully Autonomous Weapons and Retaining Human Control Disponível em: https://www.hrw.org/report/2020/08/10/stopping-killer-robots/country-positions-banning-fully-autonomous-weapons-and#_ftn214